

RESUMO EXPANDIDO

TÍTULO: GESTÃO DEMOCRÁTICA COMO CAMINHO PARA O FORTALECIMENTO DA DESCENTRALIZAÇÃO DA GESTÃO NA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM DOMINGOS MARTINS/ES.

Mestrando: Paulo Sérgio Reetz

professorpaulo.psc@gmail.com

Orientador: Dr. Valter Martins Giovedi

giovedival@gmail.com

Linha de pesquisa: Docência e Gestão de Processos Educativos - PPGMPE/Ufes

1 INTRODUÇÃO

Nossa pesquisa científica tem como **tema** a gestão democrática como caminho para o fortalecimento da descentralização da gestão na educação do campo em Domingos Martins. O que nos levou a ele foi a percepção das dificuldades das escolas e comunidades de exercerem a autonomia e a gestão democrática diante da centralização da gestão no município. Elegemos como **problema:** Como pode ser pensada e organizada uma concepção de gestão de Educação do Campo, de forma descentralizada e auto-organizada pela comunidade? Para buscar respostas à pergunta problema, formulamos o seguinte **objetivo geral:** propor uma maneira de organizar a gestão descentralizada da Educação no Município de Domingos Martins em consonância com a perspectiva da democracia participativa e auto-organização da Educação do Campo. Para darmos prosseguimento nesse processo de construção de uma proposta fundamentada e coerente com a literatura pesquisada, com a realidade e com a necessidade das comunidades educacionais do Campo, desenhamos alguns **objetivos específicos** mediadores do alcance do objetivo geral estabelecido. São eles: Compreender os desafios da descentralização da gestão educacional no Brasil; Compreender os princípios e implicações da perspectiva da gestão democrática e participativa emancipatória; Sistematizar e analisar o princípio da auto-gestão na Educação do Campo; Analisar a concepção de gestão da educação em vigor no Município de Domingos Martins; Identificar os desafios e perspectivas para uma gestão

descentralizada da educação no Município a partir dos sujeitos da Educação do Campo; Propor formas de superação da centralização e caminhos para a gestão democrática, descentralizada, participativa e emancipatória.

2 METODOLOGIA

Quanto à **metodologia**, trilhamos o caminho da **pesquisa bibliográfica** sobre o tema e problema propostos e da **pesquisa documental** no campo das políticas públicas nacionais e do Município campo de ação dessa pesquisa. Além das obras literárias, também fizemos um levantamento por meio digitais sobre produções de conhecimentos já desenvolvidos sobre a temática de nossa produção e chegamos há três canais disponíveis de interlocução na internet: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Associação Nacional de Política e Administração Escolar (ANPAE) e Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED).

Realizamos um levantamento bibliográfico de autores da área da democracia participativa radical, principalmente Paulo Freire e Licínio C. Lima, fixando nesses o nosso **referencial teórico**.

Na pesquisa documental, os dados já se encontravam nos documentos e a nossa parte foi de ir à colheita, lançar as mãos neles, registrá-los, analisá-los, interpretá-los e até criticá-los, conforme nos expõe Lavelle e Dionne (1999).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Por ocasião da leitura e análise de nosso referencial teórico, pudemos perceber que no processo de gestão escolar é histórico e reinante a concepções de dirigismo anti-dialógico, de ideologias organizacionais onde a participação, auto-organização e emancipação do sujeito e do coletivo não são eixos pragmáticos para a organização e gestão escolar, ou de redes e sistemas. Para Freire, (*apud* LIMA, 2002, p. 40)

[...] a escola democrática não é viável [...] sem uma real participação da comunidade, de pais e de representantes de movimentos populares no interior da escola [...] sem a participação e a voz de educadores tradicionalmente manietados “em nome de sua pouca competência profissional, com pacotes empenhados” [...], sem poder de decidir, pois só decidindo se aprende decidir, e só pela decisão se alcança a autonomia.

Na análise documental, mais especificamente da Rede Municipal de Domingos Martins, pudemos identificar as concepções que sustentam ou propõem a forma de gestão escolar para toda rede municipal. Nos documentos selecionamos apenas as partes que dizem respeito a cinco aspectos que elegemos como indispensáveis para visualizarmos e entendermos a prática de gestão realizada. Os aspectos são: pressupostos teóricos; concepção de gestão; concepção de participação; concepção de descentralização e autonomia institucional; e, por fim, instâncias participativas e funcionamento das instâncias.

Nos pressupostos teóricos vemos as aspirações de comunidades que no quesito gestão democrática mais precisavam aprofundar nos conceitos, definições e teorias. Os documentos não se afirmam como um fundamento teórico absoluto, acusando a necessidade de aprofundamentos, revisões e avanços no que está proposto. O nosso referencial teórico defende uma teoria voltada para a construção de um pensamento, um pressuposto teórico que nasça, desenvolva a partir da realidade histórica, social, cultural pela comunidade de forma organizada em ação deliberativa.

Quanto à gestão, temos nos documentos analisados uma predominância da concepção de democracia representativa, centralizada na pessoa da direção, enfatizando uma participação reduzida às instâncias representativas, sob amarras das leis e decretos existentes, logo, ações restritivas por “forças maiores”. Adotamos como Paulo Freire (2000) a concepção descentralizadora e efetiva participação da comunidade. Transcende a concepção representativa, consultiva, para uma participativa e deliberativa.

Quanto à participação social, ela é representativa, passiva, informativa, reducionista, sem maiores possibilidades de intervenções significativas. Nosso referencial defende uma participação auto organizada, onde o *start* tem sua origem na própria comunidade, onde as motivações são intrínsecas e peculiares na e da comunidade escolar.

Há nos documentos um excelente discurso sobre autonomia e descentralização institucional, mas por meio de grêmios, conselhos e associações, e que rezam a necessidade de se ouvir seus anseios e demandas. Mas só ouvir não caracteriza uma inserção na gestão organizacional, muito menos autonomia. Ser ouvido não é sinônimo de deliberar. Nosso referencial teórico apresenta uma democracia onde a unidade escolar possua autogoverno e autonomia na busca de respostas. Queremos ir além de citar esse

ideal, mas com essa pesquisa e seu referencial teórico, ofertarmos uma ferramenta inicial desse processo de autonomia, descentralização institucional, autodeterminação, auto formação, e autogestão.

Em relação às instâncias participativas ou seus respectivos funcionamentos, usa-se costumeiramente o verbo “reconhecer”, que é um verbo um tanto quanto abstrato, variável, dependente de pressupostos subjetivos, de difícil identificação e dimensionamento, sem objetividade. Pode-se reconhecer infinitamente e nada se fazer. A instância comunidade escolar, sob representatividade, não é deliberativa, autônoma e emancipatória, sem peso decisório e nem tem dentro do todo institucional uma ação de preparo para tal tarefa. Já nosso referencial foca a instância escolar promovendo o seu funcionamento e dando voz deliberativa à comunidade campesina, compreendendo a comunidade como instância efetiva e determinante nos rumos da educação formativa dos sujeitos.

Fizemos dois destaques em nossa pesquisa à luz dos documentos: há possibilidades/avanços/desafios voltados para uma ação progressista e diferenciada no processo de gestão, que se visualizam na correlação teórica direta entre educação, trabalho e emancipação humana; e há os limites/contradições, que para nós, em síntese, no fato de os documentos apenas descreverem tal necessidade de mudança e não apontarem de forma concreta para onde ir.

Tais análises mostram a relevância de nossa pesquisa, que quer propor em uma de suas ações a oferta de uma teorização que motive e instrumentalize as aspirações de toda comunidade escolar por uma gestão democrática, auto organizada, em uma relação dialógica e não de imposição da “cultura escolar dominante”.

Nossa **expectativa** é de que uma gestão auto organizativa, da comunidade e ou do distrito escolar, venha se configurar como proposta funcional da rede que se identifica também como uma “rede campesina”. Na busca de um caminho para nossa expectativa, trabalhamos e confeccionamos um desenho sugestivo de gestão democrática, descentralizadora e auto-organizativa da comunidade como um todo em seus processos escolares-formativos, que é o **produto** desta pesquisa. Em um mestrado profissional, de acordo com Moreira (2004, p. 134), um trabalho de conclusão de curso deve ter uma

sugestão que possa vir a ser aplicada na temática problematizada e pesquisada, e que no decorrer da proposta venha,

[...] descrevendo o desenvolvimento de processos ou produtos de natureza educacional, visando à melhoria do ensino na área específica, sugerindo-se fortemente que, em forma e conteúdo, esse trabalho se constitua em material que possa ser utilizado por outros profissionais.

Nosso produto é uma minuta do que denominamos como Conselho Comunitário Educacional. A proposta distingue em sua natureza das demais existentes pela sua característica peculiar, que: é popular, é participativo, é deliberativo, é horizontal, é descentralizado; é autônomo e emancipado em seus planos, ideais em ações. No entanto, sem minimizar o dever do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que a presente pesquisa, respondeu o problema científico levantado e seu objetivo geral foi alcançado. A nossa **expectativa final** é que gestores, educadores, líderes comunitários, pais, mães, famílias, responsáveis por células sociais, amantes da democracia, da descentralização governamental, compartilhada com os núcleos comunitários; adeptos de uma educação e formação libertadora de grilhões opressores e castradores do autodesenvolvimento, da emancipação do sujeito e do coletivo, possam ter acesso a essas reflexões e sejam incitados, motivados ou desafiados a buscarem seus próprios caminhos de construção emancipatório, autônomo e significativo de sua formação escolar.

REFERÊNCIAS

FREIRE, P. **A educação na cidade**. 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. Problema; problemática. In: _____. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto alegre: Artmed. p. 85-102.

LIMA, L. C. **Organização escolar e democracia radical**. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

MOREIRA, M. A. **A Investigação-Ação na Formação em Supervisão no Ensino do Inglês: processos de (Co-)Construção do Conhecimento Profissional**. Braga: Universidade do Minho. 2004. (Tese de doutoramento não Publicada).